

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16842 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

CULTURA ESCRITA E EFEMERIDADE: A PRÁTICA DOCENTE NOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

Isabella Kessler de Azambuja - PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CULTURA ESCRITA E EFEMERIDADE: A PRÁTICA DOCENTE NOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a construção da cultura escrita nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs) a partir da prática docente, revelando como esses cursinhos oferecem uma alternativa ao ensino formal e ao vestibular tradicional. Baseados na Educação Popular de Freire e Jara, os PVPs não apenas preparam os alunos para exames, mas também adaptam o conhecimento às realidades vividas pelos estudantes. A pesquisa etnográfica mostrou que, embora busquem legitimação como Organizações da Sociedade Civil, essa formalização pode funcionar como um controle estatal que compromete a autonomia dos cursinhos. A prática pedagógica nos PVPs promove uma abordagem crítica da cultura escrita, desafiando normas estatais e enfatizando uma educação voltada para a emancipação e formação crítica. Portanto, os PVPs facilitam o acesso ao ensino superior enquanto promovem uma formação crítica e contextualizada.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-Vestibulares Populares. Educação Popular. Cultura escrita.

Os popularmente chamados *cursinhos*, os Pré-Vestibulares Populares (PVPs), fazem parte historicamente das trajetórias escolares prolongadas da classe trabalhadora por proporcionarem o preenchimento de algumas lacunas escolares para as provas de seleção alinhados a um trabalho da Educação Popular de base freireana. Portanto, são espaços em que a disputa social se coloca cotidianamente. Dentro dessas disputas, os estudantes se apropriam de diferentes formas da cultura hegemônica, a partir da qual se colocam as práticas de escrita, organizadoras da nossa sociedade letrada e ocidental.

Assim, considerando a apropriação da escrita como uma expressão das desigualdades sociais, este trabalho tem como objetivo configurar a construção da cultura escrita nos *cursinhos* a partir da prática docente. A mirada epistemológica parte das discussões de Lahire (2000) sobre as formas sociais escritas, de Bourdieu (2014) sobre legitimidade e Freire (1987) e Jara (2020) sobre Educação Popular.

Metodologicamente, o estudo foi conduzido por meio de uma etnografia realizada ao

longo de um ano em um *cursinho* popular na periferia de Porto Alegre/RS. Durante esse período, foi mantido um diário de campo e foram realizadas entrevistas em profundidade com um professor de matemática (Bruno), dois professores de linguagens (ex-alunos do cursinho, Tomás e Franciele) e o gestor do projeto (Ricardo). Os nomes foram trocados para garantir a confidencialidade e termos de consentimento foram assinados. A análise dos dados foi feita por meio de marcadores específicos nas entrevistas e análise do discurso, focando nas categorias emergentes. Essa abordagem possibilitou a compreensão da construção das relações dos *cursinhos* com o Estado e com o conhecimento científico e, portanto, com a cultura escrita, a partir de uma outra visão de instituição.

Os Pré-Vestibulares Populares (PVPs), popularmente chamados de *cursinhos*, são espaços de formação da classe trabalhadora voltados, em última instância, para a aprovação em processos seletivos para o Ensino Superior, como o Exame Nacional de Ensino Médio ou as provas de vestibular. No entanto, por serem populares, os PVPs tem um espaço de origem, que é o movimento social, um conteúdo programático escolar, um horizonte desigual que é o vestibular e uma base pedagógica emancipadora, pela orientação freireana. Evidentemente contraditórios, essas características movimentam os projetos para procurar formas de alinhar uma educação emancipadora com conteúdos, práticas e percepções ideológicas colonizadoras. Pontes são feitas entre conteúdos e metodologias alternativas para que, efetivamente, não tente se garantir somente o ingresso do estudante no ensino superior, mas também sua formação crítica, ética, estética e humana através de outra concepção de educação.

O domínio dos registros da língua nos seus mais variados âmbitos perpassa dois eixos de atuação: tanto numa perspectiva do registro formal quanto no domínio argumentativo e na apropriação de discursos diversos. Muitos estudantes, pela tradição culta do ensino de língua materna, “não sabem” a própria língua por não conhecerem a fundo sua gramática, o que prejudica a sua própria concepção enquanto possível produtor de conhecimento. Além disso, dominar a língua legítima, majoritariamente expressa pela escrita, também significa dominar os recursos do Estado para que o estudante seja reconhecido como cidadão e, como objetivo final, cidadão com ensino superior em andamento.

Assim, uma das principais ferramentas de funcionamento e estabelecimento do Estado é a escrita e o distanciamento e controle necessários para a manutenção da ordem social. Bourdieu (2014) explicita essa relação ao relacionar a objetividade e aparente neutralidade da escrita com a construção do estado como “o ponto de vista dos pontos de vista”, uma aparente despersonalização dos processos estatais. Assim, inúmeras práticas cotidianas como o uso do calendário, a divisão do dia em horas, a necessidade de cumprir com obstáculos burocráticos para realizar desejos de vida como a moradia explicitam a incursão das ferramentas do Estado nas práticas individuais.

Além disso, essa problemática tem também consequências materiais como o acesso às instâncias jurídicas e ao Ensino Superior, por exemplo, por parte das classes marginalizadas. A

língua legítima também toma as formas sociais escritas como aspectos centrais, já que é a partir dela que se estabelecem e se difundem os mecanismos burocráticos do estado, como também a gramática e a garantia de cidadania através da alfabetização e assinatura de uma carteira de identidade e registro geral. Assim, o domínio, herança ou aprendizado da língua legítima se torna aspecto central para a cidadania e acesso aos bens simbólicos da cultura dominante.

Muitos *cursinhos* se caracterizam como entidades do terceiro setor, mas mantêm uma relação diferente com os aspectos burocráticos dessa formalização. O trecho da entrevista do gestor Ricardo a seguir ilustra:

Sinceramente, eu acho que até o presente momento, [a regulamentação do cursinho como Organização da Sociedade Civil] muito mais nos ajudou do que atrapalhou, de fato. Talvez porque justamente a gente tenha priorizado o movimento. Inclusive a gente já deixou de utilizar possibilidades, porque a gente justamente tem uma política, esqueci o nome, a gente vai até aqui, daqui a gente não vai adiante. A gente disse não obrigado, talvez adiante, não sei, mas até esse momento.

O trecho da entrevista revela como essa dinâmica afeta diretamente as organizações da sociedade civil, como os cursinhos populares, que enfrentam dilemas ao decidir participar ou não de conselhos municipais e outras instâncias burocráticas. A regulamentação como Organização da Sociedade Civil (OSC), embora possa oferecer vantagens, é percebida como um instrumento de controle estatal, impondo obstáculos financeiros e administrativos que podem comprometer a autonomia da organização.

A decisão de evitar essas formalidades reflete uma resistência à incursão do Estado nas práticas cotidianas do cursinho, preservando assim a flexibilidade e a prioridade do movimento sobre a formalização excessiva. Isso ilustra a tensão entre a necessidade de legitimação e a preservação da autonomia, evidenciando como a burocratização pode se tornar um mecanismo de exclusão e controle sobre iniciativas que buscam operar fora das normas impostas pela língua e pelas práticas estatais. Essas práticas, no entanto, não limitam a ação do *cursinho*, mas potencializam. A legitimidade dos *cursinhos* perante o Estado e, portanto, perante a necessidade de submissão às normas escritas, se estabelece justamente pelo limite imposto ao quanto essas necessidades engessam o trabalho pedagógico emancipatório.

Os processos de *escrituração* das formas sociais perpassam as práticas de escrita independente do grau de escolarização; em outras palavras, se inserir no mundo juridicamente através da criação obrigatória de um registro geral orientado pelo estado é uma forma social escrita de organização da sociedade que independe do grau de escolarização ou de alfabetização. Assim, tanto em ações estatais de alfabetização generalizada quanto no próprio estado moderno que se embasa na escrita para ditar os conceitos de justiça e no funcionamento do mercado financeiro (LAHIRE, 2000) estão concretizadas a *escrituração* das práticas sociais.

Na prática pedagógica dos pré-vestibulares populares, considerando a sua heterogeneidade, a abordagem em relação às formas sociais escritas se voltam a uma posição de combate e contraponto. Nesse sentido, tenta-se construir a ideia de que o registro formal da língua não é a única possibilidade, a única verdade, assim como a cultura escrita no geral que se manifesta nos discursos científicos, nos documentos que regem essas seleções, nos gêneros textuais diferentes a que os estudantes são apresentados. Nesse sentido, a atividade mimética como processo de pertencimento ao espaço não é voltada essencialmente à conformidade dos estudantes ao *status quo*, mas sim ao seu questionamento e crítica, para que se perceba os efeitos dessa matriz de pensamento e se construa outra relação com a língua e com as práticas de escrita.

O seguinte trecho de entrevista do professor Tomás evidencia:

Então a educação popular, a gente não tava fazendo educação popular só quando a gente tratava sobre violência de gênero, a gente tava fazendo educação popular, dando uma boa aula de crase também, e aí essa aula de crase pensada para aqueles sujeitos. E não a aula de crase pela aula de crase, mas ela é uma aula de crase naquele contexto, [naquele bairro], às nove e meia da noite, com alunos que trabalharam o dia inteiro dentro de uma associação de moradores. Então é uma outra coisa, um outro jeito de pensar a concepção de aula, mesmo nesses conteúdos mais duros, mais clássicos que a gente tem que dar conta também.

Assim, como expresso na fala do professor Tomás, a aula de crase, tradicionalmente vista como um conteúdo técnico e descontextualizado, é transformada em uma prática significativa, que respeita o contexto sociocultural dos estudantes. No entanto, esse respeito não é somente pela relação explícita com as temáticas mais sociais, mas sim pela imponência do contexto: essa aula é uma aula para estudantes trabalhadores com um objetivo em comum, que é adentrar a desigual universidade, em um *cursinho* à noite. Pelo contexto, a aula de crase, mesmo sendo expositiva e tradicional, é modificada. E, por se contextualizar, se torna comunitária e, portanto, muito difere do que se espera de uma aula tradicional de gramática.

Um desafio da educação popular na discussão epistemológica é superar a dicotomia entre teoria e prática, onde a teoria muitas vezes é priorizada. Jara (2020) propõe dois princípios para a ação pedagógica: a) todo processo é situado em um contexto específico, contraditório e em relação às orientações dominantes; b) não se transmite conhecimento, mas se criam condições para sua produção pelos educandos. Esses princípios contrariam concepções tradicionais de educação que descontextualizam o conhecimento. De acordo com Freire (1987), a incompletude dos indivíduos motiva a busca pelo conhecimento, com a educação desempenhando um papel crucial nesse processo. Freire destaca a práxis como a articulação entre experiência, prática e teoria, ressaltando a importância da relação entre educador e educando. Essa perspectiva valoriza a capacidade do educando de compreender e agir sobre seu mundo, promovendo uma prática pedagógica que fomente a autonomia e a criatividade. Essa concepção de Educação Popular, para os *cursinhos*, evidencia a primazia da prática e do contexto. Na percepção dos entrevistados,

Isso [o cursinho] é produto de um tempo e de uma vivência que esse aluno teve e a gente vai lidar com ela da maneira como ela se apresenta. E eu acho que isso eu aprendi muito com [o cursinho], que tudo que a gente faz é produto de um tempo. (*Professor Tomás*)

Foi se construindo com muita criticidade e a gente sempre se colocar isso como uma forma de ir construindo, né? De não reproduzir determinados padrões que a gente vê em outros espaços, entre eles esse personalismo, né? E a gente não, a gente não vai querer ir por isso. O que importa aqui é o [cursinho], a ideia que ele representa, os princípios que ele representa, os fundamentos e a intervenção que ele faz. E as pessoas vão passar, né? E... E aí a gente se orientou a partir disso. A gente foi se colocando nessas ideias. A gente mesmo foi se colocando nisso. (*Professor Ricardo*)

Assim, educação popular, em sua diversidade, mantém o aspecto intencional e transformador da ação pedagógica, o que necessita uma ação contínua e não fragmentada em alguns momentos. Essa processualidade permite, então, a apropriação crítica do conhecimento por parte dos participantes, vinculada às suas questões práticas com respeito ao movimento e apropriação individuais. Assim, uma ética libertadora implica uma ação política também libertadora e democratizadora e, conseqüentemente, em uma prática pedagógica emancipadora (JARA, 2020).

Portanto, nos trechos de entrevista relatados anteriormente, há a necessidade de se compreender o *cursinho* como o produto de um tempo e, portanto, efêmero, para que se construa outra relação com o conhecimento diferente da escola, mas também que se assegure a sua continuidade, a força da instituição apesar das pessoas que o compõem, para que o trabalho seja feito e a classe trabalhadora consiga prolongar as suas trajetórias escolares de outra forma. Considerando as formas sociais escritas, descritas por Lahire (2000), que pretendem se manter alheias ao contexto, registradas para toda a eternidade, garantida a leitura por todas as gerações vindouras, os Pré-Vestibulares Populares constroem outra prática cotidiana em relação à relação com a cultura escrita, mais relacionadas à tradição dos movimentos sociais que, portanto, constroem para os estudantes e professores outras possibilidades de relação com o conhecimento científico.

Portanto, a análise da prática docente nos Pré-Vestibulares Populares (PVPs) destaca sua função crítica e transformadora dentro da educação. Inseridos em contextos de desigualdade, esses cursinhos não só preparam estudantes para os vestibulares, mas também promovem uma educação que recontextualiza a língua e o conhecimento científico conforme as vivências dos alunos. Oferecem uma prática pedagógica que questiona e ressignifica as normas estatais, desafiando a rigidez das formas sociais escritas e a cultura legitimada pelo Estado. Ao navegar entre a necessidade de legitimação e a preservação da autonomia, esses cursinhos criam espaços de emancipação onde o conhecimento é produzido coletivamente e de forma situada, reafirmando sua importância como ferramentas de acesso e transformação educacional.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. 1. ed. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JARA, Oscar. **A Educação Popular latino-americana: História e Fundamentos Éticos, Políticos e Pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa, 2020

LAHIRE, Bernard. **Culture écrite et inégalités scolaires**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987